

cotidiano inclui esporte



Equipamento sem uso do Cemaden guardado em refeitório do órgão

Ações de prevenção de desastres naturais definham no Brasil

Ocorrências desabrigaram ou desalojaram 6,4 milhões de brasileiros desde 2000; área tem falta de verba e de equipes

Promessas feitas em 2011 após tragédia que matou 900 na região serrana do Rio ainda não foram cumpridas

MARINA ESTARQUE
ENVIADA ESPECIAL AO AMAZONAS,
INTERIORE DE SP E SANTA CATARINA

Pouco mais de cinco anos depois do lançamento do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, na esteira da tragédia de 2011 na região serrana do Rio de Janeiro, políticas públicas na área estão ameaçadas por cortes de orçamentos e redução de equipes.

Promessas da época, como a de investir em obras de prevenção, não chegaram nem perto do cumprimento até hoje, e equipamentos de monitoramento que custaram quase R\$ 14 milhões aos cofres públicos estão parados.

Em 2011, mais de 900 pessoas morreram no Rio naquele que foi considerado o pior desastre natural da história do país. A tragédia acabou impulsionando anúncios de políticas de prevenção.

Foi criado o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden) —vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia— e houve melhoria no mapeamento de áreas de risco.

Da mesma forma, em agosto de 2012, o então governo Dilma Rousseff (PT) lançou o plano nacional para evitar novas ocorrências. Como parte da iniciativa, prometeu investir R\$ 15,6 bilhões em obras de prevenção até 2014, o que, em valores atualizados pela inflação até 2017, equivale a cerca de R\$ 22 bilhões.

A meta, no entanto, não foi cumprida até hoje. De 2012 a 2017, apenas R\$ 11,2 bilhões foram gastos, segundo dados do Ministério do Planejamento

to, obtidos via Lei de Acesso à Informação. Ou seja, cerca de metade do previsto.

Neste total, o ministério incluiu obras de abastecimento de água para consumo humano e produção de alimentos, inclusive do projeto de integração do rio São Francisco, que por si só já custou mais de R\$ 9 bilhões desde 2007.

Obras ligadas mais diretamente à prevenção de desastres, como contenção de encostas e drenagem urbana, são parcela ainda menor: R\$ 1,9 bilhão, de 2012 a 2017.

“O plano nunca foi transformado em programa, não houve avaliação dos resultados, tem só a apresentação em power point. Hoje os investimentos estão em curva descendente”, diz Rafael Schadeck, pesquisador do Centro de Estudos em Engenharia e Defesa Civil da Universidade Federal de Santa Catarina.

O plano também previa destinar 50 mil unidades do Minha Casa Minha Vida a famílias de baixa renda atingidas por desastres naturais. Questionado, o Ministério da Cidades disse não saber quantas casas foram entregues a esse público desde 2012.

Já a Casa Civil, responsável por coordenar o plano, disse que 69.067 unidades foram entregues de 2013 a 2017 para essas famílias, citando dados do Ministério das Cidades. A Casa Civil não explicou, porém, por que as versões não batiam.

IMPACTO

A redução de investimentos em prevenção e monitoramento impacta a vida de milhões de brasileiros atingidos por inundações, deslizamentos, enchurradas, entre outros.

Segundo pesquisa do Instituto Igarapé, ao menos 6,4 milhões ficaram desabrigados ou desalojados por desastres naturais no país desde 2000, o equivalente a um a

cada dois minutos. O levantamento é baseado em informações reportadas pelas Defesas Cíveis de estados e municípios ao governo federal.

Segundo a pesquisa, os desastres que mais deslocam no país são inundações (45%) e enchurradas (32%). O Amazonas é o estado com mais deslocamentos no período, cerca de 840 mil, seguido de Santa Catarina, com 805 mil.

Além de cortes em investimentos, órgãos federais criados para lidar com o tema tiveram redução de equipes. O Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad), que chegou a ter 105 servidores, agora tem 50.

Concebido para ter 180 funcionários, o Cemaden tem 103. Seu orçamento caiu cerca de 85% de 2013 a 2017, o que prejudica a rede de observação.

O órgão tem equipamentos parados que custaram quase R\$ 14 milhões. Usados para coletar dados de inundações e deslizamentos, foram comprados em 2013 e 2014. Sem verbas, a instalação e a manutenção foram suspensas.

As 125 estações hidrológicas, 135 geotécnicas e 9 ETRs (robotizadas) ficam em um depósito improvisado em uma unidade do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) em Cachoeira Paulista (interior de SP). Parte dos equipamentos está armazenada num restaurante abandonado em condições precárias.

Com isso, o material corre o risco de se deteriorar, segundo o diretor do Cemaden, o doutor em física Osvaldo Moraes. Ele afirma que a falta de manutenção também afeta a qualidade dos alertas contra desastres. “Eles podem ser emitidos com atraso ou nem ser enviados, porque os equipamentos não estão operando”, diz.

Colaborou DANIEL MARIANI

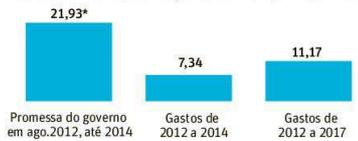
» LEIA MAIS nas pág. B4 e B5

PREVENÇÃO DE DESASTRES

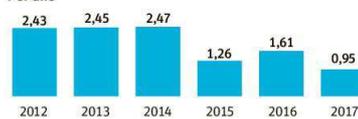
Governo federal só gastou pouco mais da metade do prometido em 2012

GASTOS COM OBRAS DE PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS

Valores atualizados pela inflação até dez.2017, em R\$ bilhões



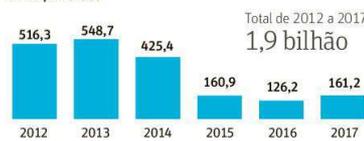
Por ano



Esses valores incluem obras para:

- > Acesso à água para consumo humano e produção de alimentos
- > Saneamento básico
- > Construção de barragens, adutoras e sistemas de abastecimento de água para combate à seca, como obras de integração do rio São Francisco
- > Obras com relação direta com a prevenção de desastres, como drenagem e contenção de encostas em áreas urbanas

Em R\$ milhões**



EQUIPES REDUZIDAS

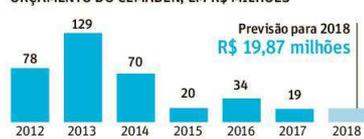
Funcionários do Cenad (Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres) sofrem com cortes



Funcionários do Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais)

Previsão em 2011: 180 servidores para 256 municípios. Situação atual: 103 funcionários para 951 municípios.

ORÇAMENTO DO CEMADEN, EM R\$ MILHÕES



» LEIA MAIS em folha.com/naturezadodesastre

*O valor prometido em 2012 foi de R\$ 15,6 bilhões. **Valores referentes à Sigla 2400: Gestão de Riscos e de Desastres. Fontes: Ministérios do Planejamento e da Integração Nacional e Cemaden

» OUTRO LADO <

Cabe aos estados e municípios fazer obras, diz União

DE SÃO PAULO

O Ministério das Cidades afirma que o investimento em obras de prevenção de desastres naturais depende de prefeituras e governos estaduais.

“A baixa evolução financeira observada nos anos de 2012 e 2017 está relacionada ao ritmo lento de execução das obras, que é de responsabilidade dos estados e municípios”, diz em nota. Segundo a pasta, a liberação de recursos financeiros ocorre com a evolução das obras.

O Ministério da Integração Nacional afirma que investiu R\$ 30 milhões nos últimos anos em ações de apoio às defesas cíveis, com capacitações, exercícios simulados, mapeamento de áreas de risco, apoio à produção de planos municipais, envio de kits e na estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad). A pasta também mencionou o novo sistema de alertas via SMS, com 1,8 milhão de usuários cadastrados.

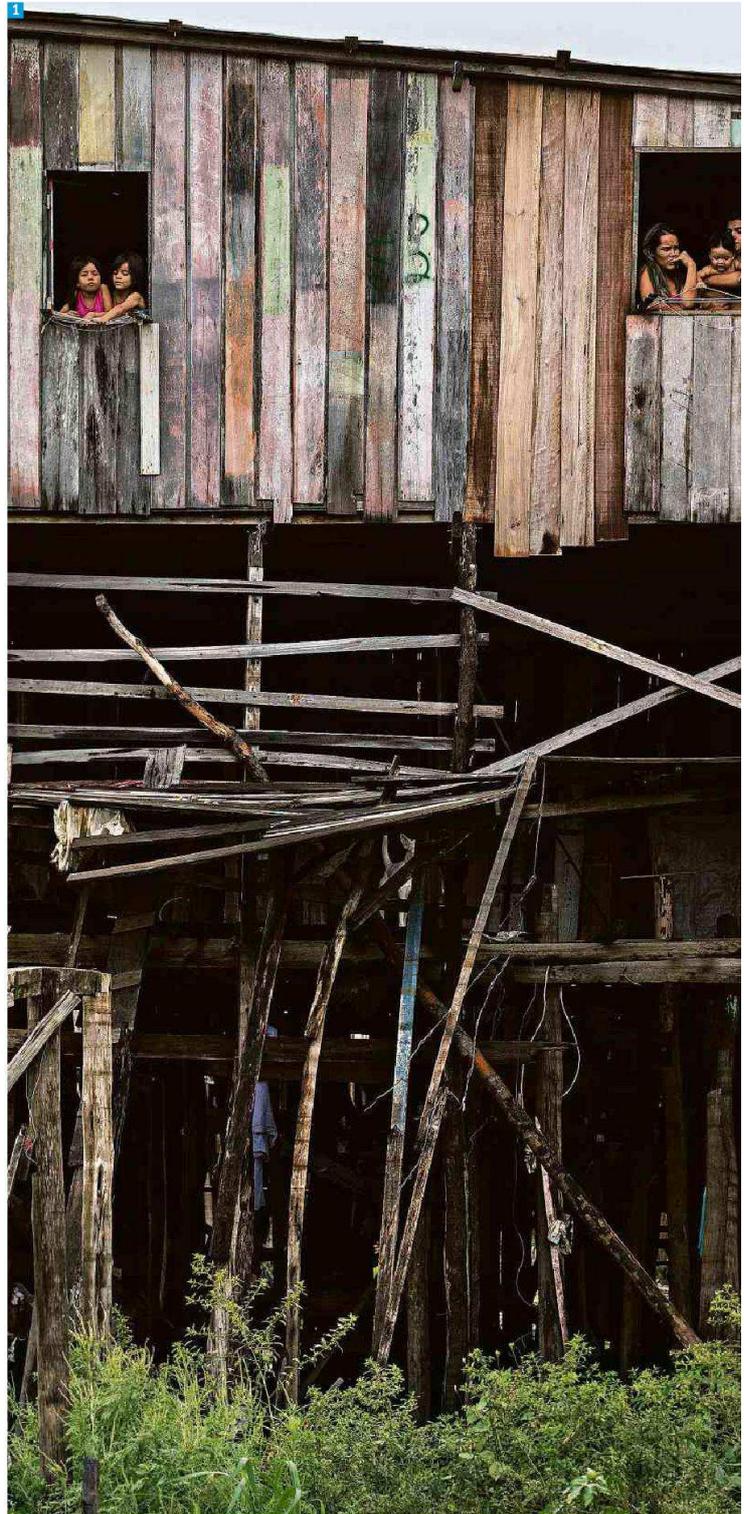
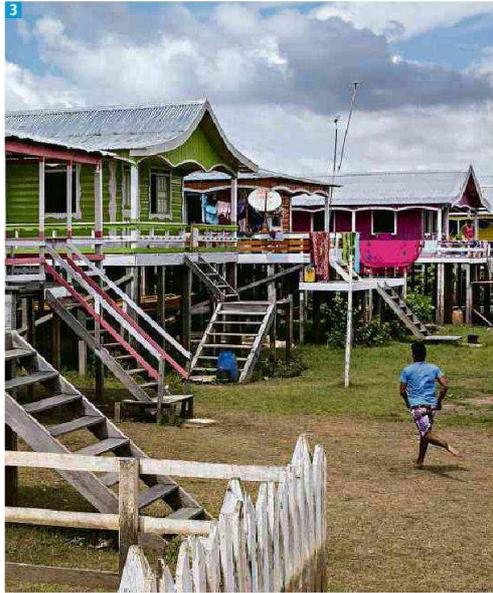
O diretor do Cenad, Elcio Alves Barbosa, diz que a diminuição no número de funcionários é “natural do serviço público”. “Eles passam por concursos e saem. Superamos essas dificuldades com tecnologia e sistemas eletrônicos que não exigem a ação dos nossos servidores”, afirmou.

O Ministério da Ciência e Tecnologia afirma que a comparação do orçamento atual do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden) com o de 2013 não seria adequada, “posto que naquele ano foram disponibilizados recursos maiores tendo em vista a implantação do Cemaden, com investimentos em instalações, equipamentos etc”.

Segundo a pasta, os equipamentos desativados serão instalados assim que possível. “O local onde os novos equipamentos adquiridos estão estocados não compromete a segurança, não há deterioração dos mesmos”.

Sobre a equipe reduzida do Cemaden, a pasta diz que pediu ao Ministério do Planejamento, em 2017, “autorização para provimento de mais cargos para seus institutos”.

1 Residência sobre palafitas em Manaus;
2 Estrutura com tambores de plástico, usados como boias, para casas flutuarem na cheia em Careiro da Várzea (AM);
3 A comunidade de Marimba, onde moradores usam macaco hidráulico para suspender as construções durante as enchentes



DA ENVIADA AO AMAZONAS

O bodó é conhecido pelos amazonenses por ser um peixe muito resistente, capaz de respirar fora d'água e "viver na lama". Por habitar áreas alagadas, inspirou o nome pejorativo dado às favelas de palafita no estado: "bodozal". Assim como o peixe, para viver nessas regiões de Manaus é preciso ser resistente.

Ali, milhares de pessoas passam meses em casas de palafita inundadas de água suja durante o período das enchentes, entre abril e junho. "A cheia aqui sobe devagar e desce devagar. Ficamos no mínimo 70 ou 80 dias acima da cota de emergência do Rio Negro", explica o secretário-executivo da Defesa Civil de Manaus, Cláudio Belém.

Para se preparar, amazonenses fazem as marombas — um estrado de madeira, apoiado no chão da casa, que funciona como um piso elevado de cerca de um metro. Como as casas são baixas, moradores ficam espremidos entre a maromba e o telhado.

"Temos que andar ajoelhados ou agachados em casa por mais de dois meses. E a água fede, fede! Os bichos sobem pelas brechas da madeira, fica podre, é insuportável", diz a comerciante Lidianne da Silva, 38, que paga cerca de R\$300 para fazer a maromba. Segundo a Defesa Civil, Manaus tem 28 mil residências em área de risco. Ao longo de décadas, populações mais pobres se instalaram na beira dos 148 igarapés que cortam o município.

Lidianne mora na beira do Igarapé do Quarenta, entre os bairros Raiz e Betânia, a cerca de 4 km do centro, em uma das regiões mais afetadas pe-

las cheias em Manaus. A comunidade, como muitas favelas de palafita, é dominada pelo tráfico e chamada pelos moradores de "área vermelha".

A poucos metros dali, as paredes da casa da cabeleireira Daniele Machado, 36, estão cheias de "furos de zizil". Ela mora com a filha de 12 anos na casa de uma amiga, porque a sua tombou na última enchente. Daniele prefere sair do bairro e ficar com parentes durante a cheia do que fazer maromba.

"Aqui não tem saneamento, então a água entra em casa com toda a porcaria: cocô, xixi de rato, tudo", diz. Na época das enchentes, segundo a Defesa Civil municipal, aumentam os casos de hepatite, leptospirose, febre tifóide, diarreia crônica, dengue e parasitoses intestinais.

Segundo pesquisa do Instituto Igarapé a partir de dados oficiais, o Amazonas é o estado com o maior número de deslocados por desastres naturais, 840.252, desde 2000. No total, 84% dos desabrigados e desalojados foram afetados por inundações. Manaus aparece como a 6ª cidade do país com mais deslocados no período: 59.756.

Boa parte dos atingidos por inundações em Manaus mora nos chamados "bodozais". Nessas favelas, as casas de palafita ficam apoiadas umas nas outras, lado a lado, formando corredores estreitos. O colorido das paredes e roupas nos varais contrasta com o cheiro forte de lixo, esgoto e fezes de animais. As casas costumam ter canos para fora, que servem para jogar os dejetos diretamente na lama. É esse líquido escuro que invade as casas nas enchentes. A prefeitura de Manaus diz

Água suja inunda casas por meses em Manaus

Eventos climáticos tornam alagamentos mais frequentes no estado; para driblar cheias, ribeirinhos criam até casa que flutua, mas muitos migram

que o município está menos vulnerável a enchentes e que intensificou ações de dragagens de igarapés e drenagens. A administração destaca o plano preventivo que antecipa serviços em áreas críticas. "A Operação Cheia 2018 já teve início, com a retirada de lixo da orla do rio Negro, limpeza e dragagem de igarapés, cadastramento de famílias em situações vulneráveis e construção de pontes em

áreas de alagações", disse, por meio de nota.

Já o governo do estado afirma que acelerou os processos para a conclusão do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosimim) — o projeto retira casas de palafita, constrói conjuntos habitacionais no lugar e faz obras de urbanização e saneamento ao redor de rios. O governo estadual diz que as três fases da ação devem

estar prontas até 2020.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Segundo o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Philip Feamside, os eventos climáticos extremos no Amazonas aumentaram nos últimos 20 anos e ficaram mais graves recentemente, com inundações e secas recordes.

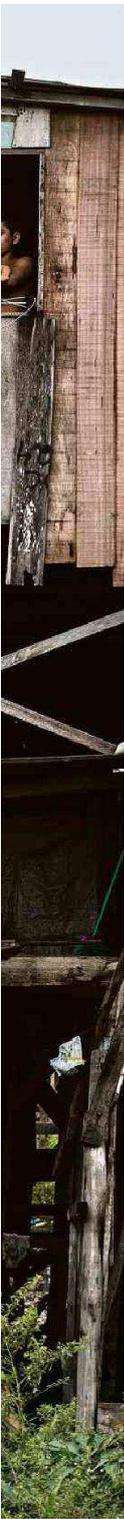
"Com as mudanças climáticas, a probabilidade de es-

tes eventos extremos ocorrerem é muito maior", afirma ele, que é ganhador do Prêmio Nobel da Paz junto a outros cientistas do Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC).

Feamside cita ainda os fenômenos El Niño e La Niña, o aquecimento das águas do Atlântico e movimentos de zonas de convergência como motivos para as alterações.

O secretário-adjunto da De-

Fotos Eduardo Knapp/Folhapress



4 Deslizamento que atingiu casa do vizinho de Maria Silva, em Blumenau (SC); **5** Moradora da cidade observa o desmoronamento; **6** Um dos condomínios da Minha Casa Minha Vida para onde foram levados desabrigados por inundações de 2008



fesa Civil do Amazonas, Hermógenes Rabelo, afirma que o último “desastre de grande magnitude” tinha sido em 1953, quando o centro de Manaus inundou. A cena se repetiu em 2009 e logo depois, em 2012. “Tivemos cheias acima da cota de emergência em 2009, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2017, quase todo ano”, diz. Para o secretário-executivo da Defesa Civil de Manaus, as previsões também pioraram, o que dificulta o planejamento de ações preventivas. “As grandes cheias aconteciam de 10 a 15 anos. Esses ciclos duravam décadas e praticamente sumiram. No ano passado a previsão foi bem distorcida.” As estiagens e cheias são fenômenos naturais no Amazonas, mas, quando esse regime foge do padrão, as comunidades ribeirinhas — que vivem da agricultura, pecuária e pesca — são as mais afetadas. “A maioria da população

rural habita as margens de rios e áreas naturalmente inundáveis”, diz o professor de Ciências Ambientais da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Henrique Pereira. Com pouco ou nenhum amparo das autoridades públicas, populações ribeirinhas encontram soluções simples e, ao mesmo tempo engenhosas, para lidar com essas novas circunstâncias, principalmente com as enchentes. Em Marimbá, comunidade no município de Careiro da Várzea, a cerca de uma hora de barco de Manaus, os ribeirinhos suspenderam as casas do povoado com macacos hidráulicos. “Qualquer menino faz”, diz o pescador e vereador Almir Pinheiro, 52. “Mas tem que chamar vários, porque precisa de uns 40 para subir uma casa. E tem que ir levantando por igual, todos juntos”, conta ele, que tem 82 macacos hidráulicos.

O processo, que dura cerca de um dia, funciona assim: Almir coloca as dezenas de macacos entre a palafita e a casa, sobe um metro e, em seguida, substitui os tocos por outros mais altos. Depois, retira os macacos, e a construção fica apoiada nas toras, um metro mais altas. Com a técnica, Almir levantou até a escola local. “Suspendemos com os alunos dentro”, conta, rindo. Em Cristo Rei, comunidade de no mesmo município, o pescador Sidnei de Oliveira, 38, criou o seu próprio modelo de casa — que foi, aos poucos, replicado pelos vizinhos. Sidnei só estudou até a quinta série, mas, nas suas palavras, “é bom das ideias”. O pescador construiu uma casa, com a ajuda de um carpinteiro, que flutua na cheia e assenta em palafitas na seca. A moradia é sustentada por 48 toneladas de plástico, que servem como boias. “Agora vivo

bacana demais, não me preocupo com ‘alagação’. Já enfrentei cinco cheias nessa casa”, diz, orgulhoso. Apesar da capacidade de adaptação, há quem opte por abandonar as terras. “Até 2009, não tinha migração, porque eram eventos esporádicos, mas começamos a detectar saídas definitivas na região”, diz Pereira, da Ufam. Segundo levantamento da pesquisadora Ana Cristina Nascimento, também da universidade, 15% dos moradores dessas comunidades migraram desde 2010 pelas cheias. Para o doutor em hidrologia, Naziano Filizola, professor de geração em geração entre os ribeirinhos. “O homem da Amazônia tem esse conhecimento, mas há um limite. Não sabemos até que ponto essas comunidades vão suportar.” (MARINA ESTARQUE)

Afetados por desastres vivem em área dominada por tráfico em SC

DA ENVIADA A SANTA CATARINA

Terezinha olhou o rosto da neta coberto de barro, a árvore caída na sala, o rombo no assoalho do andar de cima e todos os móveis que despencaram junto. A lama obstruía a porta da rua. Restava uma janela, que ela quebrou com as próprias mãos. Assim a aposentada Terezinha Antunes escapou ilesa junto da neta, de um ano, e a filha, com dez, do deslizamento que atingiu sua casa em 2008, em Blumenau. Naquele ano, Santa Catarina viveu um dos piores desastres da sua história, quando fortes chuvas deixaram 135 mortos e 78 mil desalojados e desabrigados.

No Vale do Itajaí, cidades como Blumenau, Laurentino e Rio do Oeste são afetadas por cheias recorrentes. Segundo estudo do Instituto Igarapé, Blumenau é a cidade do país com mais deslocados por desastres naturais desde 2000, 137.598.

Entre eles, Terezinha, 58, se mudou para um condomínio do Minha Casa Minha Vida, no bairro Progresso — a cerca de 20 km do centro de Blumenau. Assim como ela, muitos afetados pela cheia de 2008 foram instalados no residencial, que é dominado pelo tráfico e já foi alvo de operações policiais.

Segundo Terezinha, o condomínio tem problemas, mas ela faz questão de ficar longe. “A gente cuida da nossa vida”, diz, colocando um ponto final na conversa. Os moradores não se sentem seguros para falar sobre a violência no local. Sem se identificar, muitos relataram que há trocas de tiros, crimes e venda de drogas nos apartamentos e áreas comuns.

Em dezembro, a Polícia Militar de Santa Catarina fez uma operação no residencial e prendeu 17 pessoas, segundo uma nota da corporação. “Os condomínios são hoje um dos maiores redutos do crime em Blumenau”, diz o texto, pela presença “de traficantes e de associações criminosas”. O comunicado diz ainda que a violência acaba expulsando moradores. A reportagem constatou que diversos apartamentos estão abandonados e têm as janelas fechadas com tijolos e cimento. A Caixa Econômica Federal afirmou, por meio de nota, que 41 unidades do condomínio foram

retomadas “por desvio de finalidade” e aguardam indicação, por parte da prefeitura, de novos ocupantes.

A insegurança é a principal reclamação das vítimas de desastres que vivem ali. Descrito por alguns como “um inferno” devido aos casos de violência, o conjunto de prédios, porém, é bem cuidado e tem áreas verdes. Moradores elogiam a proximidade de serviços públicos. “Tem posto de saúde, padaria e creche pertinho”, afirma Terezinha.

Já Denise Mafra, 35, se arrepende de ter se mudado para o condomínio, há seis anos, após perder a casa na enchente de 2008. Desempregada, ela diz que os moradores sofrem preconceito pela má fama do local. “Até para arrumar emprego é difícil, as pessoas olham o endereço e não ligam mais”.

Ela se preocupa com os filhos, uma menina de 11 anos e um de 9. “Aqui não é bom para criança. Tem dias que eu choro o tempo todo.”

ESTADO X PREFEITURA

Sobre a segurança no condomínio, a Prefeitura de Blumenau disse que o tema é responsabilidade do estado. Procurada, a administração estadual reconheceu os problemas do Morada das Nascentes. “O estado, com suas forças policiais, tem se dobrado o máximo possível

na prevenção, manutenção e restauração da ordem pública no condomínio”, disse. O secretário de Habitação da cidade, Juliano Gonçalves, diz que o modelo inicial do Minha Casa Minha Vida apostava na construção de muitas unidades no mesmo espaço. “Essa concentração agrava problemas sociais e de segurança. Os novos residenciais têm outra proposta.” Sobre as unidades vazias, diz que “estão deprecadas e precisam de reforma”.

Enquanto isso, moradores de áreas de risco na cidade, como Maria Silva, 59, passam as noites de chuva em claro. Em janeiro, um deslizamento atingiu a casa do vizinho e quase levou a dela. Maria lamenta não poder usar uma das unidades vazias do Morada das Nascentes. “Não quero de graça, quero pagar”, diz ela, que trabalha em supermercado e recebe R\$ 1.100. Em noite de temporal, Maria não dorme: “Fico em pé, na porta de casa com os documentos na mão.” (ME)